**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01
DE 08 DE JANEIRO DE 2.021**

**“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
PROTESTAR AS CERTIDÕES DE DÍVIDA
ATIVA CORRESPONDENTE AOS
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO-
TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PEDRA
BELA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

A Câmara Municipal aprova e eu, Alvaro Jesiel de Lima, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, através da Procuradoria Geral do Município, em conjunto com a Diretoria da Fazenda, a protestar extrajudicialmente, independentemente de seu valor, na forma e para os fins previstos na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários do Município de Pedra Bela.

§1º - Os efeitos do protesto alcançarão os responsáveis tributários constantes da referida certidão de dívida ativa, conforme disposição dos artigos 134 e 135 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§2º - As medidas tomadas por força desta Lei não obstam a execução dos créditos inscritos na dívida ativa, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, nem as garantias previstas nos artigos 183 a 193, da Lei Federal nº 5.172/1966.

§ 3º - A Certidão de Dívida Ativa encaminhada a protesto deverá conter, além dos requisitos obrigatórios previstos na Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal, os seguintes dados:

- a) nome completo do devedor;
- b) número de inscrição no CPF ou CNPJ;
- c) endereço completo.

Art. 2º- A existência de processo de execução fiscal em curso em favor do Município, na data da publicação desta lei, não impede que o Município também efetue o protesto destes créditos, com os valores devidamente atualizados, sendo de atribuição e critério da Procuradoria Geral do Município a adoção das medidas cabíveis para este fim.

Parágrafo único. No caso descrito no caput deste artigo, deverá ser requerido ao juízo onde tramitam o executivo fiscal, por meio de petição, autorização para o protesto da certidão de dívida ativa e suspensão do feito, e após seus deferimentos, o título poderá ser protestado.

Art. 3º - As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela administração poderão ser levadas a protesto individualmente mediante expedição de certidão específica relativa a parcela não paga.

Parágrafo Único - Os títulos parcialmente quitados poderão ser levados a protesto pelo saldo devedor.

Art. 4º - Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Parágrafo Único - Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento.

Art. 5º - Os pagamentos dos valores previstos nas tabelas de emolumentos devidos pelo protesto das certidões de dívida ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, correrão por conta dos contribuintes inadimplentes, que os farão diretamente ao Tabelionato no momento da comprovação da

quitação do débito pelo devedor ou responsável, ou por ocasião do cancelamento do protesto, sendo devidos, neste último caso, também, pelos contribuintes.

Art. 6º- Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito, o devedor/contribuinte deverá encaminhar o comprovante junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, requerendo que se proceda a baixa do protesto, sendo este encaminhamento responsabilidade exclusiva do devedor/contribuinte.

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal e os respectivos Tabelionatos de Protesto de Títulos poderão firmar convênio, ou contratos dispondo sobre as condições para a realização dos protestos de certidões de dívida ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, regulando a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores, com base no artigo 25 da Lei 8666/93, dispondo sobre as condições para realização dos protestos dos títulos de que trata esta Lei.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal expedirá outros atos que se fizerem necessários à regulamentação desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pedra Bela, 08 de janeiro de 2.021.

Alvaro Jesiel de Lima
Prefeito Municipal